

Descolonização, filosofia e ensino: compartilhando vozes de filósofas latino-americanas¹

Joana Tolentino²

Introdução

Este trabalho investiga o silenciamento e a invisibilização das mulheres na tradição filosófica ocidental e em seu ensino, focando no diálogo com as filósofas latinoamericanas Lélia Gonzalez e Alcira Bonilla. O objetivo é expor as fissuras do cânone filosófico que, ainda no século XXI, fundamenta-se sobre uma longa trajetória histórica de exclusões de gênero, de grupos étnicos, no apagamento da produção de saber de vastas localidades geográficas, fruto de profundos processos de colonialidade epistêmica. Adotamos aqui um pequeno recorte no interior da temática de gênero, propondo a afirmação e a valorização da presença das mulheres na filosofia e em sua tradição histórica. Objetivamos a ampliação do lugar de fala das filósofas, maior visibilidade e difusão de suas filosofias, em especial das latinoamericanas, através de práticas decoloniais no ensino de filosofia. Adotando a perspectiva decolonial, o intento desse escrito é denunciar as práticas epistemicidas da tradição filosófica patriarcal, branca, europeia, atuando na seara das pesquisas militantes. Numa esfera mais prática, visamos o empoderamento das mulheres que atuam na filosofia e em seu ensino. Acreditamos que fortalecendo paradigmas

¹ GT3: Descolonización epistémica desde el Sur indo-afro-latinoamericano.

² Instituição de vinculação: Colégio Pedro II - RJ/ Brasil, doutorado em filosofia pelo PPGF-UFRJ, correio eletrônico: joana.tolentino@gmail.com.

epistemológicos fundamentados na complexidade do sul e inserindo efetivamente a diversidade na tradição filosófica, conseguiremos abrir fissuras em seu cânone no sentido do reconhecimento e da valorização da pluralidade e da diferença, fomentando o caminho de uma educação para a interculturalidade.

Visibilidade das filósofas latinoamericanas: violência do cânone filosófico e resistência

Em parceria com as filósofas latinoamericanas Lélia Gonzalez e Alcira Bonilla nos propomos a refletir e denunciar a violência da filosofia e seu cânone excludente, padronizado, rigidamente canonizado em um modelo europeu, branco, hetero-patriarcal que silencia toda e qualquer voz dissonante, levando ao apagamento da diversidade inerente à complexidade cultural dinâmica do mundo. O foco deste texto são as “práticas violentas da ciência e da filosofia, entre outras, o terrorismo do cânone filosófico (...), o uso do "jargão" técnico que elimina interlocutores valiosos.” (BONILLA, 2010, p.2)

Essa tradição filosófica que monopoliza o discurso em jogos de poderes e saberes é a mesma que exclui a diversidade, diluindo-a numa universalidade que, na realidade, cristaliza uma perspectiva como hegemônica, arrogando a si mesma como única universalmente aceita, como verdade absoluta, como a única que possui validade, excluindo alternativas, possibilidades múltiplas, plurais, epistemologias diversas.

Valorizar a presença das mulheres na filosofia e em sua história é importante ação que contribui para incluir no simbólico social, no inconsciente coletivo dos são também produzidos por mulheres que têm capacidade para produzi-los. Incluindo,

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 2, n. 1, 2018.

assim, definitivamente, na tradição dos conhecimentos que são produzidos sob o nome de filosóficos, a filosofia feita pelas mulheres e toda a habilidade necessária para produzi-la, que não é restrita ou escassa nas fêmeas do *homo sapiens sapiens*. Porém só temos acesso às obras dos varões e até hoje aprendemos e reproduzimos essa filosofia hegemônica hetero-patriarcal, com raras exceções de nomes de filósofas que figuram em nossa memória, exceção essa que apenas confirma a regra. Uma vez que identificamos o potencial transformador da educação e do ensino, buscamos através de práticas pedagógicas decoloniais contribuir, ainda que micropoliticamente, de forma localizada e situada, para criar fissuras capazes de tensionar o cânone filosófico e alterar o simbólico patriarcal e misógino que fundamenta as sociedades nas quais vivemos mundialmente. Entendemos que isso possa tornar-se possível através da publicização de que não há saberes ou áreas de conhecimento interditas a nenhum ser humano – mulheres, latinos, negros, islâmicos (alvos principais dos processos de opressão e marginalização, característicos da colonialidade). Podemos dimensionar o efeito nocivo de um ensino da filosofia que exclui as mulheres de seus escritos, de sua história e tradição e, com isso, de seu simbólico? Isso porque aqui não nos ateremos a outros e inúmeros grupos excluídos nos recortes epistemicidas praticados pela violência do cânone filosófico. Com recortes curriculares e temáticos tendenciosos em programas de curso e publicações que apenas reafirmam simbolicamente o hetero-patriarcado, europeu e branco, se evidencia a ausência de neutralidade na produção dos saberes, totalmente imbricados em jogos de poderes. Aqui vale ressaltar os processos de colonialidade que entrelaçam poderes e saberes e que tentam extinguir toda a diversidade em normatizações e padronizações alicerçadas num

projeto hegemônico excludente norte-ocidental e sua radicalização na modernidade, com o capitalismo e o cientificismo racionalista excludente.

Percebemos que incluir as mulheres na tradição de estudos filosóficos não significa incluir uma listagem de filósofas e obrigar sua inserção, num determinado percentual, tal como política afirmativa. Ao contrário, incluir de fato as mulheres na tradição da filosofia é reconhecer como saberes válidos tudo aquilo que foi excluído da tradição racionalista por não corresponder às suas supostas exigências de abstração, distanciamento e neutralidade. É valorizar o que até então foi desconsiderado por ser do âmbito do privado, o que vem “[d]as entranhas, os sonhos, o padecer, a temporalidade –, que têm sido desviados, condenados ao exílio pelo império da razão desencarnada, violenta e patriarcal” (BONILLA, Alcira, 2010, p.16). É lançar luz e trazer para o centro o que, até então, foi deixado à margem: saberes ancestrais, mais voltados para a natureza, partilhados coletivamente, tradições orais, que não separam ou hierarquizam categorias, que fundem espiritualidade, política, público e privado.

Filosofia, linguagem, decolonialidade: Lélia Gonzalez e o Pretuguês

Podemos identificar na tradição filosófica a importância da linguagem e seu uso, porém geralmente identificada pela imposição de rígidas restrições no seu manejo, canonizando uma linguagem excludente que, em nome da reificação de um padrão erudito, exclui o uso mais popular e coloquial da linguagem. Dessa maneira são silenciadas uma série de possíveis interlocutores oriundos de outras classes sociais, lugares geográficos, com hábitos culturais não-europeizados, aqueles que já

foram outrora denominados como ‘bárbaros’ ou ‘selvagens’, dependendo do momento da história mundial e que hoje são geralmente classificados como terroristas ou refugiados.

De acordo com a filósofa Lélia Gonzalez, o português falado no Brasil seria muito melhor identificado com suas raízes, se o nomeássemos como *pretoguês*. Lélia cria esse conceito, operando a vocação por excelência da filosofia – a criação de conceitos – para dar conta deste fenômeno com características bastante peculiares que é a língua portuguesa falada em território brasileiro, fruto do encontro de diferentes culturas que aqui estavam ou para cá migraram. Lélia, que muito se dedicou a este estudo, identificava a força da herança lingüística das línguas africanas no português falado no território brasileiro, especialmente no que se refere à oralidade, e costumava dizer “gosto de fazer um trocadillo, afirmando que o português, o lusitano, ‘não fala e nem diz bunda’ (do verbo desbundar).” (GONZALEZ, Lélia, 1988, p.70). Esta filósofa brasileira, mineira radicada no Rio de Janeiro, que muito se interessava por linguagem e psicologia social - bebendo em fontes como Lacan, Freud e Frege - focou suas investigações nas influências das línguas africanas na fala de brasileiras e brasileiros.

(...) aquilo que chamo de ‘pretoguês’ e que nada mais é do que marca de africanização no português falado no Brasil (...). O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes, como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo” (GONZALEZ, Lélia, 1988, p.70)

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 2, n. 1, 2018.

Um elemento de identificação da africanização do português falado no Brasil é a substituição da letra L pela letra R na maioria das palavras. Bantu era o tronco lingüístico de onde derivavam todas as línguas mais faladas na região de África de onde veio grande parte das africanas e africanos que foram traficados para o Brasil, durante o longo período da escravidão colonial brasileira (último país a abolir a escravidão em seu território). Apesar da violência dessa migração forçada, suas raízes e legados constituem a beleza do que somos na latinoamérica, tornando-se mais do que necessário, ainda que tardio, reconhecer “essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano” (GONZALEZ, Lélia, 1988, p.71), valorizando-as, nos apropriando delas. Na região da África subsaariana de onde vieram os africanos, havia o predomínio de línguas de caráter mais tonal e rítmico, que desconhecem tanto o fonema associado à letra L, como também o fonema R. Porém, no processo de aprendizagem da língua portuguesa no Brasil, o que foi apropriado de modo mais forte foi o som do R, quando no meio da sílaba, desconsiderando o L. Diante da dificuldade de aprender ambos os fonemas, sons tão distintos daqueles com os quais estavam acostumados a se relacionar cotidianamente, mas diante da urgência em se comunicar, aprenderam o fonema R e o ampliaram para outros casos. Assim, introjetaram o som vibracional do R na ponta da língua e o expandiram também para a pronúncia do L no meio da sílaba. Assim surgiu a pronúncia ‘brusa’, ‘praca’, ‘framengo’ (para as palavras blu-sa, pla-ca, fla-mengo), entre tantas outras pronunciadas oralmente substituindo o L pelo R no meio da sílaba, no *pretuguês* que aqui no Brasil se fala.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 2, n. 1, 2018.

errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que estão falando pretuguês³. (GONZALEZ, Lélia, 1984, p.238)

Outra característica das línguas africanas faladas na região e que muito contribuem para que falemos pretoguês em solo brasileiro, como afirma Lélia, é a retirada do R gutural do final das palavras (dos verbos no infinitivo, por exemplo), assim como outras contrações, falando a sílaba tônica em substituição à palavra toda, como cê ou tá para, respectivamente, você ou está, tal como mostra a citação. Fenômeno lingüístico que vemos avançar, na atualidade, do campo da oralidade para a língua escrita, uma vez que na internet já houve praticamente a abolição, nas redes sociais, do uso do R ao final dos verbos no infinitivo.

Mais um elemento que pode ser citado como proveniente da influência das línguas africanas caracterizando o *pretoguês* são as concordâncias não operadas nos substantivos, quando na formação dos plurais: os menino, as casa, os fio, as perna. Isso se deve a que, nas línguas africanas dessa região, o plural é dado apenas pelo artigo, não impondo a declinação do substantivo, ficando a construção lingüística exatamente como descrita acima. Podemos destacar ainda uma série de palavras no vocabulário oral do *pretoguês*, signos presentes apenas nos dicionários brasileiros, como elementos que caracterizam a nossa cultura, tal qual ‘bunda’ e as

³ Lélia Gonzalez alterna o uso do termo criado, variando em sua grafia, usando ora *pretoguês*, ora *pretuguês*, alterando o uso das vogais o e u. Neste texto optamos por usar ‘pretoguês’, fortalecendo a referência do seu radical à palavra ‘preto’. Mas na citação acima, Lélia usa a outra versão e a transcrição literal foi mantida.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 2, n. 1, 2018.

palavras dela derivadas: desbunde, desbundar. É “que na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora.” (GONZALEZ, Lélia, 1984, p.238).

Apesar da identificação que Lélia e sua filosofia fazem dessas ricas trocas interculturais, valorizando o legado africano no Brasil, que gerou a língua viva do *pretoguês* aqui falado, não tem havido seu reconhecimento e o devido respeito a essa herança afro-brasileira. Entendemos aqui que essa questão racial segue a mesma linha epistemicida que o epistemicídio de gênero ou misoginia epistêmica. Desse modo, tornam-se indispensáveis ações de reparação no sentido de reverter os quadros históricos de racismo e misoginia, denunciados por Lélia, Bonilla e tantas outras filósofas latinoamericanas silenciadas pela tradição canônica da filosofia.

Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las. (GONZALEZ, Lélia, 1984, p.232)

Referências bibliográficas:

a) Livros:

BACH, Ana Maria (coord). *Para una didáctica con perspectiva de género*. Buenos Aires: Miño y D'Ávila; UNSAM Edita, 2015.

DUSSELL, Enrique. *Política da libertação: história mundial e crítica* (vol.1). Passo Fundo: IFIBE, 2014.

GRAU, Olga; LUONGO, G. *Cambio de piel. Textos escogidos y guías de trabajo sobre género para la enseñanza media*. Santiago de Chile: La Morada, 1997.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul

v. 2, n. 1, 2018.

GRAU, Olga; BONZI, P. (org.) *Grafías filosóficas. Problemas actuales de la filosofía y su enseñanza*. Santiago de Chile: Universidad del Chile, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

b) Artigos em periódicos:

BONILLA, Alcira Beatriz. “Filosofía y violênciã”. *Cuadernos de la Facultad de Humanidad y C. Sociais*, Univerddidad Nacional de Jujuy, no.38, San Salvador de Jujuy, ene./jul. 2010.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

_____ “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

LUGONES, María. “Colonialidad y gênero”. *Tabula Rasa*, n.9, Bogotá – Colombia, julio-diciembre de 2008.